



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI-RS
PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ

Projeto de Lei n.º 026/2021 – Origem Legislativo – Com Emenda Retificativa
Aprovado em Sessão Ordinária no dia 21/12/2021.

Dispõe sobre a Política para segurança alimentar e combate à fome e autoriza os estabelecimentos responsáveis pela produção, fornecimento, pela comercialização pelo armazenamento e pela distribuição de gêneros alimentícios, sejam eles industrializados ou in natura, a doarem o seu excedente a pessoas físicas ou jurídicas, sem necessidade de licença prévia ou autorização do Executivo Municipal

Art. 1º. Fica instituída a Política Municipal visando a segurança alimentar e combate à fome.

Art. 2º. São objetivos da Política Municipal descrita no art. 1º desta lei:

- I – promover a dignidade das pessoas que se encontrem em situação de insegurança alimentar, em vulnerabilidade social e/ou econômica;
- II – promover o acesso à informação e à educação sobre consumo consciente de alimentos, políticas de combate a fome e segurança alimentar;
- III – difundir o conhecimento sobre a Lei nº 14.016, de 2020, que dispõe sobre o combate ao desperdício e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano;
- IV – articular campanhas que visem o combate a fome e a segurança alimentar.

Art. 3º As ações descritas no art. 2º poderão ser realizadas pelo poder público, por instituições de ensino, entidades representativas de classe e pelas organizações da sociedade civil isoladamente ou em parceria.

Art. 4º Ficam os estabelecimentos responsáveis pela produção, pelo fornecimento, pela comercialização, pelo armazenamento e pela distribuição de gêneros alimentícios do município, sejam eles industrializados ou in natura, autorizados a doar o seu excedente a pessoas físicas ou jurídicas, sem necessidade de licença prévia ou autorização do Executivo Municipal, desde que atendam aos seguintes critérios:

- I – os alimentos devem estar dentro do prazo de validade, em condições próprias para o consumo, e devem ser observadas as suas condições de preservação e mantidas as suas propriedades nutricionais;
- II – as normas sanitárias devem ser obedecidas pelo estabelecimento doador; e
- III – a doação deve ser livre de encargo, salvo o relativo à cobrança de custos para o transporte do produto ao seu destinatário final, se assim for acordado entre o doador e o beneficiário.

§1º. Cabe ao Executivo Municipal fiscalizar o cumprimento dos critérios estabelecidos neste artigo.

§ 2º. Presume-se de boa-fé a doação realizada conforme o disposto nesta Lei, devendo o Executivo Municipal, para fins de apuração da responsabilidade administrativa, demonstrar a existência de dolo específico de dano à saúde de outrem.



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI-RS
PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ

Art. 5º. A presente lei será regulamentada, no que couber, para sua fiel execução.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vereador LAURO LUIZ HENDGES
Presidente da Câmara de Vereadores

Vereadora MARA LÚCIA MARQUES AYUB
Secretária

Publicação:

Período: 21/12/2021 a 21/01/2022.

Local: Murais da Câmara (Lei nº. 4.145/2015)